

A. I. N° - 000779337-5/05
AUTUADO - CIRENE MORENO FERREIRA
AUTUANTE - WELLINGTON CASTELUCCI
ORIGEM - IFMT/NORTE
INTERNET - 04.05.06

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0128-02/06

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. TRANSPORTE DE MERCADORIAS DESACOMPANHADA DE DOCUMENTAÇÃO FISCAL. A mercadoria estava sendo transportada por veículo pertencente ao autuado. É legal a exigência de imposto do detentor da mercadoria em situação irregular, desacompanhada da documentação fiscal correspondente. Mantida a autuação. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado em 07/12/2005, pela fiscalização de mercadorias em trânsito, para exigência de ICMS no valor de R\$ 2.412,75 mais a multa de 100%, em decorrência de transporte de mercadorias (5.068,80 quilos de frangos vivos) sem documentação fiscal de origem, através do veículo Placa Policial JLA-2995, conforme Termo de Apreensão de Mercadorias e Documentos n° 081765 constante à fl. 02.

Foi dado como infringido o artigo 201, inciso I, combinado com o artigo 39, I, “d”, do RICMS aprovado pelo Decreto n° 6.284/97, com aplicação da multa prevista no artigo 42, inciso IV, alínea “b”, da Lei n° 7.014/96.

No prazo regulamentar, o autuado em sua impugnação não reconhece o Auto de Infração, informando inicialmente que é produtor rural avicultor não equiparado a comerciante ou industrial, e que possui um contrato de parceria rural com o adquirente da carga transportada, a firma Gujão Alimentos Ltda, inscrita no cadastro de contribuintes da SEFAZ sob n° 26561794NO (docs. fls. 15 a 18).

Alega que a mercadoria (frangos) estava sendo transportada da zona rural para abate no estabelecimento frigorífico citado estabelecido na cidade de São Gonçalo dos Campos, com inscrição estadual n° 63515184NO, acompanhada da respectiva GTA – Guia de Trânsito Animal da Secretaria de Agricultura.

Aduz que não estava obrigado a emitir o documento fiscal, mas sim o adquirente, a quem caberia emitir a respectiva nota fiscal de entrada conforme previsto no artigo 129, I, do RICMS/97. Além disso, argumenta que o ICMS sobre a operação com a mercadoria objeto da autuação está diferido, existindo previsão de dispensa do pagamento, conforme artigo 343, II, “a” combinado com o artigo 353, § 5º, II, do RICMS/97.

Ressalta que o infrator foi o adquirente que não emitiu o documento fiscal, e que em virtude da mercadoria se destinar a estabelecimento industrial, não é devido o ICMS, pugnando pela improcedência da autuação.

O preposto fiscal autuante em sua informação fiscal constante à fl. 21, argumentou que o autuado, inscrito no cadastro da Secretaria da Fazenda confirmou que conduzia a mercadoria

objeto da autuação sem o documento fiscal de origem, e que o próprio autuado declarou que a mercadoria se destinava à empresa Gujão Alimentos, que também deixou de emitir a nota fiscal de entrada. Desta forma, manteve a sua ação fiscal.

VOTO

A lide cuida de exigência de imposto correspondente a 5.058,80 quilos de frangos, equivalente a 2.304 frangos vivos, sendo transportados sem documentação fiscal, pelo veículo Placa Policial JLA-2995, conforme Termo de Apreensão de Mercadorias e Documentos nº 081765 (doc. fl. 02).

O autuado não nega o fato, porém alegou na defesa que a mercadoria estava sendo transportada da zona rural para abate no estabelecimento frigorífico da empresa Gujão Alimentos Ltda na cidade de São Gonçalo dos Campos, acompanhada da respectiva GTA – Guia de Trânsito Animal da Secretaria de Agricultura. Examinando a GTA à fl. 06.

Não vejo como acatar a alegação de que a mercadoria se destinava para abate no estabelecimento frigorífico citado, com inscrição estadual nº 63515184NO, pois não foi comprovada a aquisição pela firma Gujão Alimentos Ltda, e existe divergência para a carga transportada, eis que, consta na GTA 2.000 frangos vivos, enquanto que a mercadoria apreendida foi de 2.304 frangos, e consta que o destino era Isaias Pinheiro Tosta na cidade de Cachoeira.

Está previsto no art. 220, inciso I, do RICMS/97, que a nota fiscal correspondente deveria ter sido emitida antes de iniciada a saída da mercadoria. Se a mercadoria se destinava a estabelecimento industrial para abate, conforme alegado, o autuado deveria ter providenciado a emissão do documento fiscal na forma prevista no artigo 129, I, do RICMS/97.

Desta forma, restou caracterizada a infração, uma vez que não foi apresentada qualquer comprovação, e mesmo que fosse apresentado algum documento por ocasião da defesa, não se corrige o trânsito irregular de mercadorias com ulterior apresentação de documento fiscal, conforme art. 911, § 5º, do RICMS/97, sendo devido atribuir ao autuado responsabilidade solidária pelo pagamento do imposto, nos termos do artigo 39, inciso I, alínea “d”, do RICMS/97.

Ante o exposto, voto PROCEDENTE o Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **000779337-5/05**, lavrado contra **CIRENE MORENO FERREIRA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 2.412,75**, acrescido da multa de 100%, prevista no artigo 42, IV, “a” da Lei n.º 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 20 de abril de 2006.

JOSÉ CARLOS BACELAR – PRESIDENTE/RELATOR

JOSÉ BIZERRA LIMA IRMÃO – JULGADOR

JOSÉ FRANKLIN FONTES REIS – JULGADOR